



DESVENDANDO DESIGUALDADES: UM ESTUDO SOBRE A ARTICULAÇÃO GÊNERO E TRABALHO NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA (1970 – 1990)

Marcelo Rodrigues Lemos¹
Eliane Schmaltz Ferreira²

As relações de trabalho se destacam como categoria interpretativa importante, em análises acerca de diferentes perspectivas que se centram no processo de trabalho, nos trabalhadores, em formas de tecnologia que dinamizam a produção, nas condições históricas e estruturais que configuram a exploração do trabalhador. Já os estudos que utilizam a categoria gênero iniciaram na academia brasileira de forma recente, a partir da década de setenta, com influência decisiva do Movimento Feminista. Assim, a imbricação dessas categorias revela um terreno fértil para análises nas diversas áreas das Ciências Sociais.

O processo de reestruturação produtiva ocorrido nas últimas décadas, com a proposta de disseminação de novas tecnologias de informação, bem como de práticas novas de gestão e controle do trabalho, foi um dos grandes fatores potencializadores da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho. As lutas pela emancipação feminina, a queda da taxa de fecundidade e a melhora do nível escolar propiciada pela transformação cultural ocorrida no Brasil a partir dos anos sessenta, o que elevou o número de mulheres nas universidades, também permitiram maior participação feminina no mercado de trabalho; elas puderam sair da esfera privada do lar e adentrar nas relações produtivas do trabalho. Cabe ressaltar que, de modo geral, a inserção feminina veio associada a uma lógica de precariedade. Assim, em muitos casos as mulheres se inserem no mercado de trabalho na perspectiva das subcontratações, empregos temporários, terceirização; como bem chamam atenção os estudos sobre gênero voltados para a subordinação histórica das mulheres no trabalho.

Conceituando gênero e trabalho

Por meio de um resgate histórico percebe-se que a elaboração do conceito de gênero emergiu nos anos setenta influenciada por antropólogos e sociólogos embasados no momento histórico do movimento das mulheres. Foi necessário inicialmente dar visibilidade à construção

¹ Marcelo Rodrigues Lemos é mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail para contato: marcelo.lemos@hotmail.com.

² Eliane Schmaltz Ferreira é doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo e professora adjunta IV do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.



histórica e cultural do chamado “sexo social” (gênero) em detrimento do fatalismo e do naturalismo, os quais remetiam as representações da mulher às perspectivas inferiores orientadas por questões biologizantes. (HIRATA & KERGOAT, 1999).

O campo temático atualmente definido por “estudos de gênero” foi precedido historicamente pelos “estudos sobre a mulher”, confirmando a alteração gradual do movimento social para a esfera acadêmica. Nos anos em que os Movimentos Feministas sobressaíram, os “estudos sobre as mulheres” foram dominantes; já os “estudos de gênero” conotam a entrada de uma perspectiva analítica na academia. Assim, não se trata mais de apenas denunciar a opressão feminina, mas de compreender, teoricamente, o caráter “sexista” de nosso conhecimento e o perigo das generalizações. Hoje, encontram-se mais estudos de gênero do que estudos sobre as mulheres, o que possibilita reflexões também sobre o gênero masculino e paternidades. (MORAES, 2000:95 e 96).

Helena Hirata e Daniele Kergoat (1999) consideram as relações sociais de classe e sexo como relações fundamentais presentes na estruturação da sociedade. Dessa forma, refletir sobre as temáticas gênero e trabalho mostra-se importante, uma vez que a categoria trabalho, bem como as relações de gênero, pensadas de maneira relacional, “entram em qualquer aspecto da experiência humana, sendo elementos constitutivos dela” (FLAX, 1991:220), edificando relações sociais.

Portanto, o desafio neste artigo é produzir um conhecimento sobre o trabalho feminino e masculino e a posição que ambos ocupam no processo produtivo, livre de noções e idéias simplistas pré-estabelecidas. O conceito de gênero pode auxiliar esta tarefa, ao se destacar como categoria analítica chave para estudos sobre as condições históricas dos sexos.

Várias autoras colaboraram para a elaboração do conceito e o uso da categoria analítica gênero, dentre elas Joan Scott (1990), Teresa de Lauretis (1994), Judith Butler (2003). Chama-se atenção, aqui, para o conceito desenvolvido por Jane Flax (1991). Sabe-se que as relações de gênero implicam em relações variadas e simultaneamente relacionadas entre homens e mulheres frente aos diferentes aspectos da vida social, dentre eles o trabalho. Como aponta Jane Flax: “na perspectiva das relações sociais, homens e mulheres são ambos prisioneiros do gênero, embora de modos altamente diferenciados mas inter-relacionados.” (FLAX, 1991:229). Assim, a inter-relação entre homens e mulheres sob a perspectiva de gênero conduz a relações sociais relacionais e articuladas entre si.

Para a autora, as relações de gênero estabelecidas no Ocidente moderno são marcadas por relações de poder e dominação, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos. Com isso, o gênero faz referência às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres, as quais são



produto de uma construção social e histórica do papel masculino e feminino. A autora ainda considera as relações de gênero como uma categoria que engloba relações sociais, sendo, tal categoria, relacional; formada por partes interdependentes que se relacionam entre si.

Assim, as relações de gênero designam um núcleo complexo de relações sociais e um conjunto mútuo de processos históricos e sociais variáveis. O gênero como categoria analítica e processo social é relacional. As relações de gênero são processos complexos e instáveis formados de partes inter-relacionadas e inter-dependentes. Estabelecem, também, capacidades humanas diferenciadas e assimétricas. Por meio das relações de gênero, dois tipos de pessoas são forjados: o homem e a mulher; os quais são apresentados como excludentes. Somente se pode pertencer a um gênero, nunca ao outro ou a ambos. Além de que épocas e culturas são responsáveis por alterar o conteúdo e a rigidez das categorias homem e mulher. De modo geral, as relações de gênero têm sido definidas como relações de dominação e (precarosamente) controladas por um de seus aspectos inter-relacionados: o homem. (FLAX, 1991:228).

Sendo assim, seguindo a perspectiva adotada por Flax, nota-se que pensar, por meio da articulação das categorias gênero e trabalho, as atividades desenvolvidas por homens e mulheres perante a esfera produtiva é viável, uma vez que se adota, aqui, o caráter relacional e estruturante das relações de gênero. Ao utilizar-se a perspectiva analítica relacional empreendida por Flax, pretende-se visualizar o universo feminino e masculino frente aos segmentos do trabalho, tornando a análise mais abrangente ao não se restringir o foco interpretativo a um dos sexos.

Acerca do conceito de trabalho não há um consenso; pois ele pode determinar atividades diferenciadas em sociedades e momentos históricos também diferentes. É por meio do trabalho que os seres humanos satisfazem suas necessidades e também concedem forma e sentido ao mundo concreto (MOREIRA, 1998). Em um sentido ampliado, trabalho “é o esforço humano dotado de um propósito [que] envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades mentais e físicas.” (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996:773).

Sabe-se que a definição do trabalho implica em atividades qualificadas e não-qualificadas, além de distinções entre trabalho direto (produtor de bens de consumo) e indireto (produtor de bens de produção). Também é preciso frisar que no modo de produção capitalista existem os empregadores, os quais possuem meios de produção, e os empregados, que vendem suas forças de trabalho.

Ao abordar o trabalho articulado à categoria gênero, o interesse é trazer à cena os sujeitos: homens e mulheres nos espaços produtivo e reprodutivo, pois



o trabalho, como ato primeiro do homem sobre o seu meio, é uma atividade que não se faz de qualquer forma, ela sugere uma ordem, uma duração, tem suas normas e se realiza dentro de um espaço que se concretiza pelas interações e relações com as pessoas. É nesta “coreografia” que os sujeitos inscrevem sua presença no mundo e suas relações com os outros.³ (MOREIRA, 1998:242).

Neste estudo se realiza um exame da articulação gênero e trabalho na produção bibliográfica brasileira, nos anos setenta, oitenta e noventa. A escolha de tais décadas deve-se ao fato de que o final dos anos setenta e início dos anos oitenta foi marcado pelo processo de intensificação da industrialização brasileira, com o concomitante processo de exclusão da força de trabalho das mulheres nos segmentos econômicos mais modernos; restringindo a atuação delas ao setor de serviços menos qualificados. Nos anos noventa se observou um refinamento no conceito de trabalho, o qual passou a incorporar atividades não remuneradas desenvolvidas primordialmente por mulheres em domicílios.

Para a análise da produção bibliográfica nacional acerca da articulação gênero e trabalho, foram selecionadas as pesquisas de autoras brasileiras que representam as três décadas assinaladas. Assim, é interesse a verificação da contribuição de Elisabeth Souza-Lobo, Magda de Almeida Neves e Helena Hirata, por encontrar nas pesquisas destas autoras o enfrentamento de tais problemáticas; além de que elas são referências centrais para o avanço dos estudos de gênero e trabalho no Brasil. Busca-se apresentar os pontos de intersecção entre as autoras em destaque.

Souza-Lobo, Magda Neves e Helena Hirata: gênero e trabalho entre as décadas de 70 a 90

Os apontamentos aqui desenvolvidos indicam conclusões importantes sobre o uso da categoria analítica gênero articulada aos processos do trabalho. Nessa direção, as três autoras selecionadas Elisabeth Souza-Lobo, Magda de Almeida Neves e Helena Hirata trabalham com tal articulação.

A junção gênero e trabalho é feita por Souza-Lobo em seu livro “*A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*”, de modo a questionar a empregabilidade do gênero perante três categorias de estudo da Sociologia do Trabalho: a modernização e divisão sexual do trabalho; a qualificação e subjetividade do trabalhador; o gênero na Sociologia do Trabalho. A idéia defendida ao longo de sua argumentação é a de que, mesmo de modo ainda incipiente, o gênero, enquanto categoria analítica, já estava sendo utilizado em alguns estudos acerca do trabalho desde a

³ MOREIRA, Eliana Monteiro. A regência do afetivo: laços familiares e reprodutivos. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.



década de setenta, com ênfase nas abordagens sobre o trabalho feminino na fábrica e divisão sexual do trabalho.

A autora propõe uma Sociologia preocupada com a análise das várias dimensões das relações de trabalho, dentre elas aquela que se preocupa com a multiplicidade de sujeitos envolvidos no processo produtivo ou ainda, com a individualidade, subjetividade e identidade dos (as) trabalhadores (as).

Percebe-se, com isso, que Souza-Lobo (1991) não sugere que a utilização da categoria gênero nas interpretações acerca da esfera do trabalho querem apenas negar a indiferenciação de classe ou o caráter sexuado das relações sociais, pois a autora revela que o uso do gênero permite também abordagens relativas às práticas coletivas.

A simpatia com o pensamento de Joan Scott aponta a preocupação de Souza-Lobo com o sexo dos atores, uma vez que as relações de trabalho, enquanto relações sociais, carregam consigo relações de poder entre os sexos. Durante a análise de seus textos indicados, percebe-se com facilidade a utilização do conceito de gênero marcado pela influência de Scott; na medida em que Souza-Lobo destaca, em vários momentos de seus estudos, a necessidade de se abandonar estruturas conceituais deterministas e se valer da perspectiva de gênero enquanto construção social, histórica e cultural que implica em relações de poder entre homens e mulheres.

Associações entre o pensamento de Souza-Lobo e Magda Neves podem ser feitas segundo pontos convergentes. Para ambas, os atuais estudos sobre o trabalho feminino elucidam como a história dos operários ignorou a presença feminina, relegando às mulheres posições marginais na constituição da classe trabalhadora (Souza-Lobo) e mesmo nos sindicatos (Magda Neves).

As duas autoras destacadas também se preocupam com a possibilidade da criação de um grupo teórico isolado no interior das Ciências Sociais, destinado às reflexões sobre mulheres e gênero. O fato seria prejudicial na medida em que não se pode explicar o gênero isoladamente, pois este se remete ao amplo conjunto das relações sociais e históricas, que envolvem também o poder e relações de dominação.

Pelas idéias de Magda Neves pode-se perceber que há uma ampliação do debate acadêmico referente às relações de gênero e trabalho. Para a autora, o gênero é definido mediante uma construção histórica e social, na qual relações complexas e de poder estão diretamente envolvidas, colocando as mulheres em posições inferiores. Assim, é nítido o quanto Neves está criticando os fatores biológicos como suficientes para a definição do feminino e do masculino, bem como a



noção de classe trabalhadora enquanto categoria totalizante, atemporal e assexuada; aqui também é possível consonância com o pensamento de Souza-Lobo.

Magda Neves também realiza significativas reflexões acerca da produção-reprodução. O que remete às representações vigentes que estabelecem o espaço das mulheres como o doméstico, o privado com a reprodução da força de trabalho. Já o ambiente dos homens seria o público, relativo à produção.

Segundo as reflexões sobre sindicalismo e gênero, desenvolvidas por Neves, é necessário, por parte das mulheres, uma participação mais efetiva nos sindicatos. Contudo, pode-se concluir que a dificuldade de atuação das mulheres em sindicatos trabalhistas, é reforçada pela idéia de que o espaço público e a ação política são exclusivas dos homens, e pelo acúmulo de tarefas, resultando na dupla (casa/trabalho) ou tripla (casa/trabalho/sindicato), jornada de trabalho.

Outro ponto de contato entre Magda Neves e Souza-Lobo é possível. A primeira trata do sindicalismo e a segunda emprega a expressão “movimentos sociais”, mas ambas estão preocupadas em afirmar que as mulheres também são agentes sociais ativas, reflexivas e reivindicativas sobre suas experiências e condições de vida e trabalho. Desconstruindo a representação de que apenas homens são atuantes nos movimentos sociais/sindicatos.

Com Helena Hirata tem-se o debate sobre temas atuais, iniciados na década de noventa que repercutem fortemente nos anos 2000 (como as concepções de globalização, reestruturação produtiva, flexibilização e tecnologia), articulados à divisão sexual do trabalho. A qual, segundo ela, é intensificada por todos estes elementos cunhados à luz da noção de modernização.

O debate em torno da divisão sexual do trabalho, implementado por Hirata, traz conclusões significativas no que diz respeito à posição das mulheres no setor produtivo. Por meio das máximas ideológicas patronais, tem-se a “proibição” do emprego feminino em certos ramos, em virtude dos trabalhos perigosos, pesados e insalubres, mas a autorização ante trabalhos leves e limpos.

Assim, a divisão do trabalho tende a crescer com a evolução da tecnologia, tanto no nível da divisão sexual do trabalho, quanto na separação entre trabalho manual e intelectual. Nota-se, também, processos de superqualificação e desqualificação da força de trabalho, que se elevam com uma divisão sexuada dos postos empregatícios.

Para Hirata, as mudanças e inovações no processo produtivo, fomentadas pela tecnologia, não têm as mesmas implicações sobre as mulheres e sobre os homens; tanto em países bastante industrializados e totalmente inseridos na dinâmica da globalização, quanto nos países que ainda estão em desenvolvimento.



Salários inferiores são pagos às mulheres, pois se entende que a renda obtida por elas é apenas complementar em relação a dos homens. Elas se inserem em postos de trabalho mais precários, sem qualificação e atípicos. Devem conciliar jornadas duplas de trabalho, ao passo que os fatores destinados à reprodução da força de trabalho, como as tarefas domésticas, são tidos como de responsabilidade feminina.

A tecnologia fomenta a criação de nichos profissionais específicos. Com isso, as atividades exercidas por trabalhadores e trabalhadoras frente ao mercado de trabalho brasileiro estão subdivididas entre setores de atividades econômicas. As trabalhadoras brasileiras encontram maiores opções de emprego na prestação de serviços, em elevado índice no setor social, que envolve serviços comunitários, além do ensino e serviços médicos. Já os homens exercem atividades em maior número no setor da indústria. Tudo isso se deve à representação de que as mulheres são delicadas e gentis, possuindo habilidades manuais e de cuidado. Já os homens são vistos como fortes para serviços pesados.

Entre Magda Neves e Helena Hirata pode-se perceber semelhanças, pois tratam do taylorismo e das inovações tecnológicas como impensáveis sem a divisão sexual do trabalho. Assim, a forte fragmentação dos postos de trabalho e o controle elevado sobre os operários e operárias, advindas dos preceitos tayloristas e a introdução da tecnologia intensificando a segregação sexuada de postos de trabalho são pressupostos convergentes entre as autoras.

Souza-Lobo indicou que nas décadas de cinquenta, sessenta e setenta, a mulher ingressou no mercado de trabalho com insegurança, baixas qualificações e salários, e com altas taxas de exploração. Este contexto ainda é observado, ao passo que Helena Hirata afirma que nos anos noventa e 2000, os elementos tecnológicos inovadores potencializaram a participação feminina no trabalho, mas tal participação permanece na lógica dos empregos precários, temporários, terceirizados e sem garantias. Ambas também tratam da divisão sexual do trabalho enquanto procedimento que cria guetos profissionais específicos e sexuados. Sendo assim, as atividades exercidas por homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro estão subdivididas em setores de atividades econômicas.

Acredita-se que todas essas análises colaboram para o processo que busca dar visibilidade ao trabalho das mulheres, bem como para o rompimento do caráter assexuado das relações sociais. Com isso, o principal objetivo deste artigo foi realizar reflexões referentes ao trabalho de homens e mulheres e sobre o lugar ocupado por eles ante o processo produtivo fora de concepções simplificadas e fatores naturalizantes que desconsideram os fatores sociais e históricos envolvido.



Desafio que Souza-Lobo, Magda Neves e Helena Hirata procuraram/procuram enfrentar com o uso da categoria gênero nos estudos de Sociologia do Trabalho.

Bibliografia

ABRAMO, Laís. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2007 – (Série Trabalho e Sociedade).

_____. Um olhar de gênero. Visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

_____. e ABREU, Alice Rangel de Paiva. Gênero e trabalho na sociologia latino-americana. Uma introdução. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLAX, Jane. (1987) Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p.217-250.

HIRATA, Helena & KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. In: *Revista Estudos Feministas*. IFCS/UF RJ, CFH/UFSC. 1999, vol. 7, pp. 93-100.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2007 – (Série Trabalho e Sociedade).

_____. Globalização e divisão sexual do trabalho. In: *Cadernos Pagu*, IFCH/UNICAMP, nº.17/18: Desafios da equidade. 2001/02.

_____. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. In: *Revista Latino-americana de estudos do trabalho*. Ano 3, n.6, 1997.

_____. Vida reprodutiva e produção: família e empresa no Japão. In: KARTCHEVSKY, Andrée ... et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAURETIS, Teresa de. (1987) A tecnologia do gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. In: *Crítica Marxista*, nº.11, São Paulo: Boitempo Editorial, 2000, pp. 89-97.



MOREIRA, Eliana Monteiro. A regência do afetivo: laços familiares e reprodutivos. In: ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

NEVES, Magda de Almeida. Divisão sexual do trabalho e relações de gênero: anotações em torno do tema. In: *XII Encontro Anual da ANPOCS*. Águas de São Pedro. 1988.

_____. Relações de gênero e práticas sindicais. In: *XIV Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu. 1990.

_____. Relações de gênero e sindicalismo. In: *VIII Encontro ABEP*. 1992.

_____. Trabalho e relações de gênero: A experiência de trabalhadores em Contagem nos anos 70. In: *Outras falas ... em processo de trabalho*. Belo Horizonte: Escola Sindical 7 de Outubro, 1992. n. 2.

_____. Relação de gênero nos espaços públicos e privados: a experiência das trabalhadoras na CUT. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. v. 10, n. 1/2, jan./dez. 1993.

OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. São Paulo: Editora 34, 2000.

SCOTT, Joan. (1988) *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, v.16, n. 2, p.5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Susana Veleza da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. In: *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. nº 262, 15 de noviembre de 2000.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. O Trabalho como Linguagem: o Gênero do Trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____; HUMPHREY, John; GITAHY, Leda; MOYSÉS, Rosa. A “prática invisível” das operárias. In: KARTCHEVSKY, Andrée ... et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.